



Bureau
International
do Trabalho

Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil

Estimativas e tendências mundiais 2000-2012

Resumo executivo



Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil

Estimativas e tendências mundiais 2000-2012

Departamento de Governança e Tripartismo

Bureau international do Trabalho

Programa
Internacional
para a
Eliminação do
Trabalho Infantil
(IPEC)

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2013
Primeira edição: 2013

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland, ou por correio eletrônico: pubdroit@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas. As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

OIT-IPEC

Medir o progresso na Luta contra o Trabalho Infantil - Estimativas e tendências mundiais 2000-2012 / Bureau international do Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) - Genebra: OIT, 2013.

ISBN: 978-92-2-827181-2 (Print);

ISBN: 978-92-2-827182-9 (Web PDF)

International Labour Office; ILO International Programme on the Elimination of Child Labour

Disponível também em inglês: *Marking progress against child labour - Global estimates and trends 2000-2012*, ISBN: 978-92-2-127181-9 (Print); 978-92-2-127182-6 (Web PDF), Genebra, 2013; em francês: *Mesurer les progrès dans la lutte contre le travail des enfants - Estimations et tendances mondiales 2000-2012*, ISBN: 978-92-2-227181-8 (Print), 978-92-2-227182-5 (Web PDF), Genebra, 2013 e em espanhol: *Medir los progresos en la lucha contra el trabajo infantil - Estimaciones y tendencias mundiales entre 2000 y 2012*, ISBN: 978-92-2-327181-7 (Print); 978-92-2-327182-4 (Web PDF), Genebra, 2013.

Dados de Catalogação OIT

As designações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras. A responsabilidade por opiniões expressas em artigos, estudos e outras colaborações cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a OIT as endosse. Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da OIT podem ser obtidos nas principais livrarias ou no International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Switzerland ou www.ilo.org/publns. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima ou por e-mail: pubvente@ilo.org

Visite o nosso sítio web: www.ilo.org/ipec

Design e impressão pelo Centro Internacional de Formação da OIT, Turim - Itália

Resumo executivo



Desde o ano 2000, a OIT tem estudado e medido o progresso mundial registrado na luta pela redução do trabalho infantil. E, desde 2006, tem realizado esta análise à luz do objetivo definido pela Organização Internacional do Trabalho para erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016. O presente Relatório decorre da série “Relatório Global” sobre o trabalho infantil, em consonância com a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Neste Relatório são apresentados os novos dados da quarta rodada das estimativas de trabalho infantil para 2012 e a identificação das tendências de 2000 a 2012. Estas estimativas são baseadas em métodos estatísticos mais aperfeiçoados, e são totalmente comparáveis com as estimativas das rodadas de 2000, 2004 e 2008.

O Relatório encontra-se dividido em 4 partes. No Capítulo 1 são apresentados os principais resultados das estimativas e tendências mais recentes, assim como uma breve visão geral sobre as ações determinantes para os resultados obtidos. No Capítulo 2 são apresentadas, de modo pormenorizado, as novas estimativas para o ano 2012. O Capítulo 3 apresenta um quadro dinâmico mundial, com atualização das tendências para o período 2000-2012, enquanto o Capítulo 4 apresenta algumas reflexões para o futuro. A data de publicação deste Relatório destinou-se a permitir a sua utilização como contributo para a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em Brasília em Outubro de 2013.

Contrastando com os resultados divulgados no Relatório Global de 2010, e publicados antes da Conferência Global sobre o Trabalho Infantil realizada na Haia (Países Baixos) em Maio de 2010, as mais recentes estimativas mostram o real avanço verificado na luta contra o trabalho infantil, de modo particular nos últimos 4 anos. Tal significa que os governos, as organizações de trabalhadores e empregadores, e a sociedade civil se encontram no caminho correto e movendo-se na direção certa. O investimento, a experiência e a atenção prestados à eliminação do trabalho infantil, com a prioridade concedida às suas piores formas, está claramente dando resultados.

No entanto, apesar da boa notícia, esses esforços devem ser acompanhados com um aviso imediato de que, neste campo, o êxito é apenas relativo. Conforme sublinhado pelo Relatório Global anterior, o progresso é ainda demasiado lento e o seu ritmo deve ser acelerado, se a comunidade internacional desejar atingir o objetivo de 2016 com que se comprometeu.

Segundo as novas estimativas apresentadas no presente Relatório, **168 milhões de crianças** em todo o mundo estão em situação de trabalho infantil; esse número representa cerca de 11 por cento da totalidade da população infantil. As crianças que executam trabalhos perigosos que colocam diretamente em risco a sua saúde, a sua segurança e o seu desenvolvimento moral perfazem mais de metade das crianças trabalhadoras, com um total de 85 milhões em termos absolutos. O maior número absoluto de crianças trabalhadoras encontra-se na região da Ásia-Pacífico,

mas a África Subsariana continua a ser a região com a mais elevada incidência de trabalho infantil, com mais de uma em cada cinco envolvida nesta prática.

Com relação ao período de 12 anos iniciado em 2000, o quadro dinâmico revela um progresso significativo. No final deste período, existiam cerca de 78 milhões crianças trabalhadoras a menos que no início do período: uma redução de cerca de um terço. A redução no trabalho infantil do número de meninas foi particularmente acentuada, com uma redução de 40 por cento. Quanto aos meninos, a redução foi de 25 por cento. O número total de crianças envolvidas em trabalho perigoso, representa, de longe, a maior parte das crianças ativas nas piores formas de trabalho infantil e sofreu uma redução de mais de metade. O progresso foi também relevante entre as crianças mais jovens, com o trabalho infantil neste grupo a mostrar uma redução superior a um terço, entre 2000 e 2012.

A redução do trabalho infantil apresentou a sua maior redução durante o período mais recente (2008-2012). A região da Ásia-Pacífico registrou, claramente, a maior redução do trabalho infantil em termos absolutos entre as crianças no grupo etário de 5-17 anos, durante o período 2008-2012.

Este recente progresso representa notícias promissoras, já que existiam receios de que as dificuldades sociais provocadas pela crise econômica mundial de 2008-2009 e pelas respectivas consequências poderiam criar as condições para um aumento no número de famílias que recorressem ao trabalho infantil para equilibrar os respectivos orçamentos. O Relatório deixa antever as razões para tal aumento não ter acontecido e chama a atenção de todos para o risco de as crianças mais velhas poderem vir a cair em situação de trabalho infantil, quando a economia mundial começar a recuperar. Em muitos países, o progresso já registrado é frágil e deve ser monitorizado e reforçado para a assegurar a sua sustentabilidade.

Pela primeira vez, as estimativas mundiais para o trabalho infantil foram apresentadas para os diversos níveis de rendimentos nacionais. A incidência do trabalho infantil é, sem surpresas, mais elevada nos países mais pobres. No entanto, quando a situação é observada em termos absolutos, os países com nível de rendimentos médio são também os que acolhem os maiores números de crianças trabalhadoras. Assim, a luta contra o trabalho infantil não deve ser apenas limitada aos países mais pobres. O mesmo padrão é

também registrado nas famílias no interior dos países – o trabalho infantil é muito mais frequente nas famílias mais pobres, mas não se encontra limitado às elas.

As novas estimativas mundiais fornecem também novas informações sobre os setores onde se encontram as crianças trabalhadoras. A agricultura é, sem dúvida, o setor mais importante, mas os números de crianças envolvidas em trabalho infantil nos setores dos serviços e da indústria não devem ser desprezados e apresentam valores crescentes em termos relativos. Isso significa que, apesar da luta contra o trabalho infantil no setor agrícola continuar a ser uma prioridade importante, torna-se claro que os esforços para a eliminação do trabalho infantil devem também estar concentrados na percentagem crescente de crianças em atividade nos serviços e na indústria manufatureira – e principalmente nos segmentos informais da economia.

Como se chegou a estes progressos nos últimos 12 anos? A diminuição do trabalho infantil ocorreu no âmbito de um movimento mundial sustentado contra o trabalho infantil que envolveu a intervenção de diversos atores e ações em diversos níveis. O Relatório identifica diversas ações que serviram de impulso a esse progresso, incluindo o compromisso político dos governos, o número crescente de ratificações das Convenções N.º 182 da OIT (Piores Formas de Trabalho Infantil) e N.º 138 da OIT (Idade Mínima), que constituem os dois principais pilares jurídicos da luta mundial contra o trabalho infantil, de opções políticas saudáveis e de quadros legislativos robustos.

Ninguém pode reivindicar sozinho os créditos desses resultados, já que muitos – incluindo a OIT e o IPEC – ajudaram a atrair a atenção para os impactos negativos do trabalho infantil no seu crescimento da economia, no futuro das sociedades em que estão integradas e nos direitos de tais crianças. Muitos parceiros contribuíram também para a construção de alternativas para o trabalho infantil. Merece ainda uma menção especial o papel de liderança da OIT na luta contra o trabalho infantil, através da combinação das normas de trabalho internacionais e respectivo sistema de supervisão, com a assistência técnica e o aconselhamento, o apoio a ações-piloto diretas, os projectos de desenvolvimento de capacidades, assim como a ajuda à criação de quadros jurídicos mundiais e nacionais.

Defende-se nos Relatórios Globais sobre o trabalho infantil que, apesar do crescimento econômico ser



importante, as escolhas políticas podem ser ainda mais. Nunca tal foi tão claro como no período mais recente (2008-2012) coberto pelo Relatório, em que se verificou um progresso continuado na luta contra o trabalho infantil, apesar da situação de crise econômica mundial e das suas consequências.

São evidentes a maior atenção, o comprometimento e o envolvimento dos governos nesta questão.

As opções políticas e os investimentos concomitantes realizados na educação e na proteção social parecem ser particularmente relevantes na diminuição do trabalho infantil.

O progresso significativo já realizado demonstra que a estratégia global definida nos planos de ação da OIT, incluindo o Roteiro de Haia, parece ser saudável e com capacidade para produzir resultados positivos em termos de orientação política estratégica. A integração de ações em termos de legislação e sua aplicação efetiva, educação, proteção social e promoção de oportunidades de trabalho digno ou decente em níveis nacional e internacional parece constituir uma fórmula para o sucesso. O apoio às ações diretas no terreno, com o desenvolvimento de políticas que se elevam a escala nacional, e a sua implementação e monitoramento deve permanecer uma alta prioridade para os governos e organizações de trabalhadores e empregadores, assim como para os doadores e outros parceiros.

A questão essencial a ter em conta no futuro é saber se se avança demasiado depressa e tomar as ações apropriadas onde sejam mais necessárias e eficazes. Manifestamente, não será possível atingir, em 2016, o objetivo de eliminar as piores formas de trabalho infantil. Os Relatórios Globais anteriores já indicavam isso e o perigo do imobilismo e os resultados atuais apenas reforçam a credibilidade de tais avisos. Apesar dos avanços significativos já atingidos, a erradicação do flagelo do trabalho infantil num futuro próximo irá exigir uma aceleração substancial dos esforços em todos os níveis. Existem 168 milhões de boas razões para aceleração os nossos esforços.

A experiência passada e as provas decorrentes de estudos sublinham uma particular necessidade para o reforço das ações em 4 amplas áreas políticas: legislação e mecanismos de aplicação das leis sobre a idade mínima de acesso ao emprego e a proibição do trabalho pelas crianças, existência de uma educação e desenvolvimento de competências acessíveis,

relevantes e significativas, existência de pisos de proteção social e a expansão das oportunidades de trabalho digno para os jovens acima da idade mínima legal e para os seus pais.

O Relatório identifica também a necessidade de reforço das ações relativas às respostas específicas da idade e sexo para o trabalho infantil, uma atenção continuada à situação em África, em particular ao trabalho infantil na agricultura e uma nova atenção ao trabalho infantil na indústria manufactureira e nos serviços na economia informal e o reforço das ações nacionais para monitoramento e avaliação do impacto das políticas e ações na luta contra o trabalho infantil. Devemos todos continuar a aprender com as ações já realizadas, mas ser também inovadores e arrojadados na resolução das causas profundas do trabalho infantil.

Outro conjunto de sugestões centra a sua atenção na continuação da construção da base de conhecimento, no fortalecimento das estatísticas já existentes e na elaboração de conjuntos de dados estatísticos nacionais em todos os países. A insuficiência da informação não pode constituir justificativa para a falha na ação. Mas, ao mesmo tempo, é também fundamental melhorar os mecanismos de informação sobre o trabalho infantil para reforçar as respostas políticas e para assegurar a alocação de recursos às áreas onde sejam mais necessários.

A principal mensagem deste Relatório é estimular a esperança e a determinação para se manter o rumo, acelerar o ritmo e reforçar a ação. A nossa missão na eliminação do trabalho infantil está longe de estar terminada, mas os resultados da quarta rodada de estimativas mostram claramente que não é uma tarefa impossível.

